

Os materiais educativos do Coletivo LGBT Sem Terra e seus impactos na luta pela reforma agrária do MST¹

Victor Augusto Lage Pena (UFES / UFSB)²

Palavras-chave: Reforma Agrária; MST; LGBT Sem Terra.

O Coletivo LGBT Sem Terra é uma organização de pessoas LGBTI+³ que pertencem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fundado em 2015, o Coletivo tem por objetivo combater a LGBTI+fobia no campo, lutando para a construção de um movimento pela reforma agrária que seja mais inclusivo, não reproduzindo nenhuma forma de opressão. O Coletivo também se torna um espaço de acolhimento às pessoas LGBTI+ que vivem no campo, mais precisamente em espaços do MST, além de fazer uma conexão entre a pauta LGBTI+ e a pauta da reforma agrária.

Por ser de vertente ideológica socialista, o MST preza pela educação de seus integrantes, pois acreditam que em uma luta anticapitalista, é necessário que a classe trabalhadora saia de um processo de alienação. Assim, a educação torna-se um dos pilares da luta dos trabalhadores rurais Sem Terra. As cartilhas educativas são instrumentos importantes no processo educacional dentro dos assentamentos e acampamentos, existentes desde a fundação do MST, em 1984. Por mais que na contemporaneidade outros materiais também são utilizados no processo educacional, como os veículos digitais de comunicação, a cartilha não perdeu seu espaço, pois possibilita a comunicação com indivíduos que por vezes estão sem acesso a uma conexão com a internet.

Se as estratégias educacionais são importantes para o MST como um todo, não seria diferente das concepções do Coletivo LGBT Sem Terra. E se a educação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais é importante na luta contra o capitalismo e pela reforma agrária popular, torna-se também importante na luta contra a LGBTI+fobia dentro dos espaços do

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano:2024)

² Professor Assistente do Departamento de Educação e Ciências Humanas, do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, da UFES. Discente do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade, do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, da UFSB.

³ Utilizaremos a sigla LGBTI+ pois é a forma em que o próprio Coletivo LGBT Sem Terra utiliza em seus materiais didáticos. Porém, vale ressaltar que, por mais que seja extensa, reconhecemos a importância de todas as identidades de gênero e sexualidade dissidentes contidas na sigla de forma mais ampla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários e qualquer outra identidade dissidente). Porém, optamos pela forma reduzida, pois, além de nos mantermos fiéis à forma utilizada pelo Coletivo, traz mais fluidez a leitura do texto.

MST. Diversas ações de conscientização sobre questões de gênero e sexualidade são feitas dentro dos encontros e eventos promovidos pelo Movimento Sem Terra. As cartilhas e outros produtos educativos são de extrema importância para essas atividades, pois apresentam de forma mais didática as questões ali discutidas.

Este trabalho tem por finalidade analisar os materiais produzidos pelo Coletivo LGBT Sem Terra, como cartilhas, livro e documentário. Buscamos compreender como os objetos são utilizados pelo Coletivo, tendo como foco as atividades realizadas no estado da Bahia. Serão analisadas três cartilhas: o *Caderno de formação nº5 - Setor de gênero: Diversidade sexual no MST: elementos para o debate*, publicado em 2018; a *Cartilha de Formação nº2 - Coletivo Nacional do MST: Diversidade sexual e de gênero: desafios e perspectivas*, publicada em 2022; e a Cartilha da campanha permanente contra a LGBTI+fobia no campo, publicada em 2023 em parceria com a Via Campesina. Analisaremos também o livro *LGBT Sem Terra: rompendo cerca e tecendo liberdade*, organizado por Alessandro Mariano e Thaís Terezinha Paz, publicado em 2021; além do documentário *LGBT Sem Terra: o amor faz a revolução*, publicado no canal do MST na plataforma do *Youtube*.

Esta pesquisa possui um caráter interdisciplinar, e mescla metodologias da história, pensando na história do tempo presente, e da antropologia. Dentro da perspectiva historiográfica, trabalhamos com a análise interna e externa das fontes, buscamos analisar, além do conteúdo interno, como tais materiais foram criados e como acontece a relação entre os camponeses sem terra e tais materiais. Já no campo da antropologia, me inspiro nas ideias de Mariza Periano (2006, p. 26), em que diz: “Minha orientação geral é semiótica. Estou interessada nos processos comunicativos que, quando analisados por meio de uma abordagem performativa, revelam aspectos de um repertório simbólico socialmente partilhado.” Sendo assim, nos interessa pensar nas estratégias comunicativas traçadas pelo Coletivo em seus materiais. Me inspiro também nas ideias de José Reginaldo S. Gonçalves (2007), em que trata da “antropologia dos objetos”, no qual pensa na relação dos objetos e construção identitária de seus usuários.

Um primeiro ponto a ser analisado nos materiais produzidos pelo Coletivo LGBT Sem Terra está a relação identitária dos envolvidos. Há aqui duas identidades importantes para a vida desses sujeitos: tanto a identidade enquanto “sem terra”, pertencente ao MST, quanto a identidade enquanto LGBTI+. São identidades e marcadores sociais que coexistem dentro de um mesmo corpo, de um mesmo sujeito. Me apropriando das teorias do feminismo negro, se interseccionam. Não posso negar que esse trabalho sofre influência direta das teorias interseccionais.

Assim como havia questionamentos das mulheres negras em relação ao feminismo embranquecido, há um incômodo entre as narrativas LGBTI+, pois essas também são embranquecidas e urbanocentradas. Como forma ilustrativa, trago o pensamento de Kimberlé Krenshaw (2002, p. 173), em que diz:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem a diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivas de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas mulheres.

Pensando os marcadores sociais da diferença, a partir dessas reflexões, não consigo desassociar do que é vivido pela comunidade LGBTI+ camponesa, de modo geral, ou Sem Terra, para ser mais específico. Da mesma maneira que outros marcadores sociais afetam a vida de diferentes mulheres, o mesmo ocorre com os sujeitos LGBTI+. A forma com a qual a LGBTI+fobia é sentida no campo e nos espaços do MST se diferem dos processos ocorridos nos espaços urbanos, e por isso precisam ser analisados de forma específica.

Outro fator que me provoca a fazer um exercício dialético entre o Coletivo LGBT Sem Terra e as teorias interseccionais, está no fato de que o Coletivo não só trabalha com construções teóricas de compreensão da realidade mas, sobretudo, busca uma transformação da sociedade, assim como argumenta Patrícia Hill Collins (2022, p. 14):

Como discurso, a interseccionalidade agrupa ideias oriundas de lugares, tempos e perspectivas distintas, possibilitando que pessoas compartilhem pontos de vista outrora proibidos, ilegais ou simplesmente ocultadas. No entanto, como ideias por si só não promovem mudanças sociais, a interseccionalidade não é apenas um conjunto delas. Acima de tudo, por se referir à ação social, as ideias da interseccionalidade têm consequências no mundo social.

Falar de questões de gênero e sexualidade dentro da luta pela reforma agrária é algo novo, que outrora não seria possível. Mas, para além do discurso, há, de forma intencional, no Coletivo LGBT Sem Terra o propósito de mudar a realidade da luta pela reforma agrária dentro do MST. Busca-se impactar as ideias e as movimentações políticas, para que, de fato, possamos construir uma sociedade que não reproduza nenhuma violência opressora, o que inclui a questão LGBTI+.

Para que as ideias provoquem mudanças sociais, é necessário que as ideias sejam propagadas. Por isso, os objetos aqui analisados são de extrema importância, pois são objetos

que tanto trazem as perspectivas teóricas do movimento que buscam, através da educação, transformar a realidade vivida. São, portanto, um patrimônio cultural criado pelo Coletivo, pois enquanto materiais físicos e digitais, ganham maior longevidade da narrativa, importante para a luta aqui proposta.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. [...] Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. (Gonçalves, 2007, p. 155)

Sendo tais patrimônios estratégias de narrativa de identidades coletivas, torna-se importante compreender como são narrativas políticas, de construção de visibilidade de um grupo outrora esquecido, e que faz hoje suas reivindicações por permanência enquanto LGBTI+ nos espaços de luta por terra. Constrói-se subjetividade coletiva, importante para organização e identificação de uma categoria oprimida, possibilitando sua articulação política.

Porém, ao analisar os documentos aqui propostos, percebemos que há estratégias políticas diferentes apresentadas em cada um deles. Enquanto as cartilhas, que têm por objetivo uma circulação interna, aparecem relatados casos de LGBTI+fobia sofrido dentro dos espaços do MST, apresentando caminhos de denúncia interna para punição dos agressores. Já no livro *LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade*, e no documentário *LGBT Sem Terra: o amor faz revolução* aparece um discurso mais positivo sobre as vivências LGBTI+ nos espaços do MST, trazendo as conquistas obtidas pelo coletivo, além de histórias e imagens de casais LGBTI+ que vivem nos assentamentos. Acredito que essas duas posturas são complementares, pois, o discurso da violência e da denúncia, apesar de necessário, acaba sendo um discurso de dor. E se esses sujeitos já têm uma possível vida difícil de enfrentamento das discriminações, talvez seja necessário motivar e trazer narrativas positivas.

Outra interpretação possível para as duas estratégias narrativas está no ambiente de circulação dos materiais. Enquanto as cartilhas educativas, com protocolo de denúncia tem uma circulação interna, ela visa combater diretamente os agressores, dando possibilidades concretas a população LGBTI+ de denunciar caso sofra alguma violência. Serve também para, de antemão, coagir possíveis agressores, pois deixa claro quais são as possíveis consequências de seus atos.

Já o livro e o documentário se propõem a serem objetos de comunicação que extrapolam os espaços internos do MST, possibilitando diálogo com o mundo externo, sejam outros movimentos sociais ou espaços educacionais diversos. Porém, ao propor um diálogo externo, existe uma preocupação legítima de uma reivindicação não atrapalhar a luta primordial construída pelo MST, a reforma agrária popular. Assim, torna-se necessário falar da existência da população LGBTI+ ali presente, mas sem denunciar diretamente os casos de violência praticados dentro do movimento. Não há espaço para correr o risco de interpretações que deslegitimam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tanto que no livro *LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade* consta um anexo com o novo posicionamento institucional do MST, reconhecendo essa população e garantindo seus direitos e proteção.

Partindo para análise de cada um dos documentos aqui propostos, começo pelo *Caderno de formação n°5 - Setor de gênero: Diversidade sexual no MST: elementos para o debate*, com primeira edição publicada em 2017 e a segunda edição em 2018. Primeiro ponto a ser analisado é que se trata de uma publicação que, apesar de ter sido elaborado pelo Coletivo LGBT Sem Terra, foi publicado pelo Setor de Gênero do MST, e não uma publicação específica do Coletivo LGBT Sem Terra. Percebemos com isso alguns pontos importantes: há, portanto, uma articulação entre o Setor de Gênero, criando em 2000, sendo mais consolidado dentro do MST, e o Coletivo LGBT Sem Terra. Assim, como em outros espaços, as discussões e movimentações dos grupos feministas influenciam as discussões em torno das sexualidades e identidades de gênero dissidentes.

Enquanto primeiro documento que se propõe a discutir diversidade sexual no MST, ele possui um caráter introdutório, de apresentação da temática para o público interno do MST. Tanto que seu primeiro tópico faz a pergunta: “Por que o MST debate a diversidade sexual?” (MST, 2018, p. 5) Pois ainda parece necessário justificar tal discussão. Enquanto justificativa o caderno traz o seguinte argumento:

Acontece que esta visão de mundo [patriarcal], estes valores formam e classificam sujeitos úteis para o capitalismo, já que garantem a divisão sexual do trabalho reforçam a dominação social e geram a intolerância, o preconceito, a violência contra todos e todas que não se encaixam no modelo ideal ditado por esta sociedade: homem, burguês, branco, heterossexual, provedor do lar, proprietário das coisas e do corpo da mulher. O projeto de sociedade pelo qual lutamos e ousamos construir diariamente considera que todos os seres humanos – de todas as cores e crenças - devem ser livres para amar, que a diversidade e a liberdade sexual também integram este projeto. (MST, 2018, p. 5/6).

É possível perceber como a pauta anticapitalista não sai de cena quando apresentada a justificativa para a existência de tal discussão dentro do MST. Essa postura, que vai ser nítida nos demais documentos produzidos pelo Coletivo LGBT Sem Terra, é uma especificidade importante deste movimento, pois deixa claro como uma pauta não se sobressai à outra, e sim caminham juntas. Não se trata aqui de uma luta identitária isolada, e sim uma luta articulada, que pensa na complexidade dos mecanismos de opressão da nossa sociedade, dialogando, portanto, com as perspectivas interseccionais apresentadas anteriormente.

Além das justificativas, o caderno apresenta os conceitos básicos para a discussão da pauta, como “orientação sexual”, “identidade de gênero”, “heterossexismo”, dentre outros. O documento ainda faz uma breve história do movimento LGBTI+ urbano, além de apresentar a primeira conquista que foi a modificação das normas gerais do MST, em que passa a constar os seguintes trechos, conforme apresentado no Caderno de Formação:

1.3 Natureza do MST: participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças.

3.6 Educação e Cultura: os membros devem combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual, etc.

3.7 Direitos Sociais combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes. (MST, 2018, p. 23)

Ter o reconhecimento da existência de pessoas LGBTI+ nas normas gerais do MST, apesar de puramente burocrático, traz um reconhecimento institucional da existência e direito desses sujeitos de pertencerem ao Movimento. Essa conquista é tão importante e simbólica que é reproduzida em outros documentos produzidos pelo Coletivo LGBT Sem Terra. É necessário reafirmar sempre que os corpos LGBTI+ também são corpos Sem Terra.

Já o segundo documento aqui analisado, a *Cartilha de Formação nº2 - Coletivo Nacional do MST: Diversidade sexual e de gênero: desafios e perspectivas*, de 2022, é possível notar que se trata de um documento publicado pelo Coletivo Nacional do MST, ou seja, apesar de também ter sido construído pelo Coletivo LGBT Sem Terra, ele vem com o reconhecimento da direção geral do movimento, não só nichado dentro de um setor.

Essa cartilha traz um panorama das atividades já realizadas pelo Coletivo LGBT Sem Terra, além de metas para os anos seguintes. Faz um levantamento das consequências da pandemia da Covid-19, iniciada em 2020 no Brasil, além de trazer discussões com textos escritos por outros movimentos sociais, fora do MST, como um manifesto intitulado *Manifesto para um Marxismo Transviado*, traduzido do grupo espanhol *Rojo del Arcoíris*. Dentre essas

diversas frentes, nota-se um empenho em justificar sua existência com base em ações já concretizadas, além de trazer justificativas teóricas marxistas que dialoguem com as ideias do Coletivo.

A cartilha também traz denúncias aos mártires LGBT Sem Terra, sujeitos que pertenciam ao MST e foram assassinados em crimes de ódio. O texto pede justiça por Lindolfo Kosmaski (Paraná) e por Nany Araújo (Espírito Santo), ambos assassinados por LGBTI+fobia. Além de lamentar a morte de Pedro Felipe (São Paulo), em que, o texto não deixa claro a razão de sua morte, mas, em eventos do Coletivo LGBT Sem Terra na Bahia foi possível ouvir em plenárias que ele morreu por suicídio. O Coletivo compreende, em seus discursos em plenária, como no 2º Encontro LGBTI+ Sem Terra da Bahia, que os suicídios de pessoas LGBTI+ são potencializados pela opressão sofrida por esses sujeitos. Ainda sobre Pedro Felipe, “Como jovem negro e gay sofreu toda violência de uma sociedade baseada na exploração, preconceito, homofobia e racismo.” (MST, 2022, p. 39).

Já com um caráter de circulação fora do círculo LGBTI+ do MST, nota-se que esta cartilha tem como objetivo denunciar para o povo Sem Terra os crimes de ódio cometidos em seus espaços, justificar suas denúncias com base em textos teóricos, além de descrever as ações feitas pelo Coletivo. Assim, busca-se alcançar a compreensão de todas e todos, dentro do MST, para uma educação contra LGBTI+fobia.

No ano passado, em 2023, foi lançada a Cartilha da *Campanha contra a LGBTI+fobia no campo*, em parceria com a Via Campesina. Acompanhei o lançamento dessa cartilha em dois momentos. No primeiro, foi no encontro da juventude do MST, no aniversário 10 anos da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, no município do Prado-BA, entre os dias 26 e 27 de agosto de 2023. Na ocasião, Luiz Paulo Vaz, dirigente estadual na Bahia do Coletivo LGBT Sem Terra, coordenava a plenária e apresentava a cartilha, em que consta, além de uma breve discussão teórica sobre as violências sofridas por pessoas LGBTI+, um protocolo de denúncia interna no MST, em caso de violência sofrida. Era uma plenária voltada para a juventude, um desses jovens começa a proferir falas homofóbicas para Luiz em meio a plenária. O caos se instaura, o agressor é hostilizado por outros jovens na plenária. E tudo se acalma. Na ocasião, eu que estava sentado próximo ao grupo em que o jovem agressor estava, ouvi de seus amigos “ele só diz o que ninguém tem coragem de dizer”. Essa situação deixa nítido como ainda existe uma base, dentro do MST, mesmo sendo jovem, com resistência à pauta LGBTI+. O que demonstra que o Coletivo ainda tem grandes desafios pela frente.

No segundo lançamento em que estive presente, foi no 2º Encontro Estadual LGBTI+ Sem Terra na Bahia, ocorrido entre os dias 03 e 05 de julho de 2024. Nessa ocasião, foi um

lançamento tranquilo, pois estávamos entre pares. A plenária de lançamento nessa ocasião foi proferida por Thaís Terezinha Paz, dirigente nacional do Coletivo LGBT Sem Terra. Plenária tranquila, mas necessária para conscientizar todos e todas sobre seus direitos enquanto cidadãos e enquanto Sem Terra.

Terezinha disse, em plenária, a necessidade de lançar constantemente essa cartilha, até que todas e todos se conscientizem. Ter o reconhecimento de um protocolo de denúncia, pelo próprio MST, possibilita enfrentamento nas bases dos assentamentos e acampamentos contra esse tipo de violência. A saber, dentro do protocolo apresentados na cartilha, casos de LGBTI+fobia podem ter por consequência máxima a expulsão dos agressores do Movimento. (MST, 2023)

Sobre os documentos produzidos de ampla circulação, começo citando o livro *LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade*. Esse livro é gostoso de ler. Ele é colorido, com belas fotos de pessoas LGBTI+ no campo, com histórias de superação, com poesia, com um monte de narrativas que faz você se sentir bem enquanto LGBTI+. Confesso que quando li esse livro pela primeira vez, me deu até a sensação de que o MST era um paraíso para as pessoas que não se adequam a heterocisnormatividade. É claro que essa sensação é proposital, pois também é preciso produzir produtos culturais que nos fazem sentir acolhidos, amados, queridos e pertencentes a algo. E esse livro consegue fazer isso. Eu, enquanto LGBTI+ da cidade já me senti acolhido, imagino para quem vive o mundo do campo. Em conversa com Luiz Paulo, enquanto contava a ele que estava lendo o livro, ele disse: “é gostoso de ler ele, né?”. Então, acredito que estou certo em dizer que é um livro acolhedor.

Além da questão estética, o livro traz um histórico das LGBTI+ no MST, suas lutas e suas conquistas, como a narrativa da história de Zildenice Ferreira dos Santos e Darci Maria Batista, casal de mulheres lésbicas que “[...] em 2005, conquistaram o direito de ter o lote no nome das duas, no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Iaras-SP” (Mariano; Paz, 2021, p. 27), sendo o primeiro casal de mulheres lésbicas assentadas cadastradas no INCRA. O próprio texto traz um ar de esperança sobre o futuro. Em seu último capítulo o livro traz um compilado de documentos oficiais do MST, em que a diversidade sexual e de identidade de gênero passa a ser debatida e respeitada no âmbito institucional, incluindo as normas gerais, como apresentadas anteriormente.

Vale ressaltar que, apesar do livro ser organizado por Alessandro Mariano e Thaís Terezinha Paz, o texto que nele consta não tem assinatura pessoal de autoria, sendo uma escrita coletiva, assinado pelo “Coletivo Nacional LGBT do MST”.

Por fim, o documentário *LGBT Sem Terra: o amor faz revolução*, disponível no canal do *Youtube* do MST desde 2020, traz, assim como no livro, um aspecto mais bonito do ser LGBTI+ na luta pela terra. Começa com poesia sobre a esperança, traz um histórico do grupo no MST, músicas, além de performance de *drag queens*. Lançado em plena pandemia da Covid-19, o documentário teve um papel importante comunicativo com as pessoas que estavam em isolamento social.

O documentário é um ótimo produto de apresentação do Coletivo LGBT Sem Terra, e é exibido em algumas atividades do próprio Coletivo ou do MST, confesso que eu mesmo já exibi algumas vezes em sala de aula. Estive presente na exibição no *1º Seminário de educação para a diversidade nas modalidades educacionais dos povos e comunidades tradicionais*, organizado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que ocorreu no município de Eunápolis, entre os dias 29 de setembro e 01 de outubro de 2023, em que havia uma participação ativa do Coletivo LGBT Sem Terra. Na exibição, muitos estavam tendo o primeiro contato com o Coletivo, o que foi importante para uma apresentação, o que o documentário faz. Confesso que ouvi de alguns sujeitos LGBTI+ do MST, na ocasião, que o documentário traz um olhar estereotipado, ou enviesado. Porém, não sei se é possível fugir das generalizações desses produtos institucionais de apresentação.

É importante salientar que nenhum dos materiais aqui apresentados perdem o foco de uma luta anticapitalista e contra o latifúndio. A pauta da reforma agrária não foi deixada de lado em nenhum momento ao longo desses documentos, mostrando que defender a pauta LGBTI+ não ofusca e luta pela terra, muito pelo contrário, potencializa, a torna mais inclusiva e livre de qualquer opressão. “Assim como rompemos com as cercas do latifúndio que concentram terra, o poder e a riqueza, é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar.” (MST, 2020)

Percebemos, portanto, que a construção do Coletivo LGBT Sem Terra foi importante para a construção de uma identidade coletiva enquanto população LGBTI+ dentro do MST. Tanto como forma de acolhimento aos semelhantes, como forma de articulação política de luta por respeito e permanência digna dentro dos assentamentos e acampamentos. O Coletivo LGBT Sem Terra, com auxílio de seus materiais produzidos, têm transformado, mesmo que aos poucos, as relações estabelecidas dentro dos espaços do MST, buscando romper com a lógica patriarcal. É nítido que ainda há um grande caminho de luta pela frente, por parte do Coletivo, mas a esperança, como ilustrada em seus documentos, permanece firme.

Como aprendido nas minhas andanças pelo MST, não posso encerrar esse texto sem as palavras de ordem do Coletivo LGBT Sem Terra:

O patriarcado destrói
O capitalismo faz a guerra
O sangue LGBT
Também é sangue Sem Terra

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução: Bruna Barros, Jess Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução: Liane Schneider. In.: **Estudos Feministas**. Ano 10, 1º semestre 2002. [Pág. 171 - 188]

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Coleção Museus, Memória e Patrimônio, 2007.

MARIANO, Alessandro S.; PAZ, Thaís Terezinha. (org.) **LGBT Sem Terra**: rompendo cercas e tecendo a liberdade. São Paulo: Ed. dos Autores, 2021.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Cartilha contra LGBTI+fobia no campo**. [cartilha], 2023.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Diversidade sexual no MST**: elementos para o debate. Caderno de Formação nº 5 - Setor de Gênero. 2ª ed. São Paulo, 2018.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Diversidade sexual e de gênero no MST**: desafios e perspectivas. Cartilha de Formação nº2 - Coletivo Nacional do MST. 2022.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **LGBT Sem Terra: o amor faz revolução**. Youtube: 14 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>. Acesso em 09/07/2024.

PERIANO, Mariza G. S. De que serve um documento? In.: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2006.